

Museus de História Natural no Brasil (1818-1932): uma revisão bibliográfica

ANDREA FERNANDES CONSIDERA

Apesar das primeiras experiências museológicas terem ocorrido no Brasil nos séculos XVII (como o complexo de museu, jardim botânico, jardim zoológico e observatório astronômico criado no Recife por Maurício de Nassau) e XVIII (como a Casa de História Natural que ficou conhecida como “Casa de Xavier dos Pássaros”)¹, o surgimento do museu como instituição científica ocorreu apenas em 1818 com a criação do então Museu Real, que mais tarde se tornou o Museu Nacional do Rio de Janeiro.

Marcou ainda o século XIX a constituição de dois outros museus: o atual Museu Paraense Emílio Goeldi criado em 1871 e o Museu Paulista, criado em 1893, já no período republicano, mas com grande influência do pensamento ilustrado dos outros museus citados.

Estes três museus, representativos do pensamento de uma época, e ao mesmo tempo absorvendo características locais, preocupações e funções inerentes aos contextos regionais, durante o final do século XIX e início do século XX, representaram a produção do conhecimento científico e desenvolveram processos museológicos específicos, adaptando modelos internacionais à realidade nacional.

Em 1922, a criação do Museu Histórico Nacional no Rio de Janeiro e a transformação do Museu Paulista num museu predominantemente histórico no mesmo período, significaram um marco na transformação do conceito de museu, de museologia e de processos museológicos, que culminaram com a criação do curso de museologia em 1932, no próprio Museu Histórico Nacional, sob o controle de Gustavo Barroso².

As novas práticas museológicas adotadas a partir de então se tornaram símbolo de modernidade, relegando à condição de ultrapassados os processos anteriores. Desta forma os três museus citados, reféns de suas histórias, passaram a ser comparados de

¹ Sobre esta primeira fase da história dos museus brasileiros, ver: LOPES, Maria Margareth. *A Formação de museus nacionais na América Latina Independente*. In: **Anais do Museu Histórico Nacional**, Vol. 30. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 1998. Pág. 121 a 133.

² Sobre a formação conceitual do Museu Histórico Nacional, ver: SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. **A escrita do passado em museus históricos**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

forma pejorativa, aos gabinetes de curiosidade, onde o amadorismo e os interesses de pesquisadores individuais definiam a escolha dos acervos e norteavam as exposições.

Hoje estes três museus (Museu Nacional, Museu Paulista e Museu Paraense Emílio Goeldi), são referência em produção do conhecimento científico, com resultados de pesquisas publicados em periódicos de excelência por todo o mundo. Mas poucos estudos tratam dos processos museológicos existentes desde os primórdios destas instituições, que proporcionaram a formação e consolidação das coleções que embasaram tais pesquisas.

A maioria dos estudos sobre a história dos Museus no Brasil faz uma rápida retrospectiva desde a “Casa de Xavier dos Pássaros” (criada no século XVIII como um entreposto para envio de aves e outros animais taxidermizados - ou em alguns casos ainda vivos - para diversos países europeus), passando pelo Museu Real (criado por Dom João VI em 1818) e chegando enfim ao início do século XX, considerado como o século dos museus no Brasil.³

As experiências museológicas do século XIX são tidas como experiências limitadas, associadas à noção dos gabinetes de curiosidades, tão comuns na Europa dos séculos XVII e XVIII, que inclusive contavam com uma infinidade de objetos “exóticos” retirados do Brasil por viajantes em suas pesquisas.

No caso do Museu Paulista a situação é ainda mais curiosa: com acervos de história natural provenientes da antiga Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo, o museu criado em 1893 e aberto ao público em 1895, foi instalado no palácio de Bezzi, construído para servir de monumento à independência do Brasil, nas margens do rio Ipiranga. Aos poucos, as coleções dos três reinos da natureza foram cedendo espaço para uma espécie de panteão nacional, composto de pinturas, bustos e estátuas de brasileiros notáveis de nossa história⁴.

Este período obscuro da história dos nossos primeiros museus criou um distanciamento entre os museus nacionais do século XX e a produção do conhecimento dos museus anteriores.

³ Em sua obra “A Imaginação Museal” (citada na bibliografia e comentada na revisão da literatura), Mário Chagas faz uma retrospectiva da história dos museus no Brasil, mas apresenta o tema de forma menos factual e mais contextualizado com o período sócio-cultural em questão.

⁴ Uma pesquisa detalhada sobre a formação do Museu Paulista pode ser encontrada em: ELIAS, Maria José. **Museu Paulista: memória e história**. Tese de Doutorado. São Paulo: USP/FFLCH, 1996.

Analisando as produções científicas nos primeiros anos de existência destes museus que surgiram no século XIX, observamos uma riqueza de práticas, conhecimentos e procedimentos museológicos até hoje pouco estudados, consistindo em uma lacuna do estudo da história dos museus brasileiros.

Poucos são os estudos publicados sobre a história dos museus no Brasil e os que existem, em sua maioria tratam a *era dos museus brasileiros*, com o século XX, período no qual concentram seus temas de estudo. É bem verdade que o século XIX terminou com menos de vinte museus em todo o território nacional, enquanto o século XX encerrou com aproximadamente 2.700 museus⁵.

Dentre os poucos trabalhos existentes, é importante destacar uma obra recente, resultado da tese de doutoramento de Mário Chagas⁶, que trabalha o conceito desenvolvido por ele de *imaginação museal*.

“objetivamente, a minha sugestão é que a *imaginação museal* configure-se como a capacidade singular e efetiva de determinados sujeitos articularem no espaço (tridimensional) a narrativa poética das coisas. (...) Tecnicamente, refere-se ao conjunto de pensamentos e práticas que determinados atores sociais desenvolvem sobre os museus e a museologia.”⁷

Mário Chagas analisa a formação dos primeiros museus brasileiros, identificando alguns marcos históricos. Para ele, desde o início do governo de Dom Pedro II, a *imaginação museal* brasileira foi uma ferramenta utilizada na construção da idéia de nação, mas somente a partir da década de 1860 o panorama museal brasileiro passa por importantes consolidações a partir da criação de algumas instituições, dentre as quais é citada a Sociedade Filomática de 1866 que deu origem mais tarde, ao Museu Paraense Emílio Goeldi. Observa ainda que,

“o cenário museológico brasileiro constitui-se decididamente no século XX, quando a *imaginação museal* foi dinamizada. Só então, os museus se espalharam um pouco por todo canto. Isto está vinculado a um conjunto de mudanças socioculturais e político-econômicas que se manifestaram no Brasil depois das décadas de 1920 e, sobretudo, 1930.”⁸

⁵ Dados obtidos pelo Cadastro Nacional de Museus disponível no endereço eletrônico www.museus.gov.br (acessado em 01/12/2010).

⁶ CHAGAS, Mário de Souza. **A imaginação Museal: Museu, memória e poder em Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro**. Rio de Janeiro: MinC/Ibram, 2009.

⁷ CHAGAS. Op. Cit. Pág. 58. Importante observar que sempre que o autor utiliza o conceito de *imaginação museal*, a grafia é feita em itálico.

⁸ CHAGAS. Op. Cit. Pág. 70.

Para uma melhor compreensão das características destes três museus criados no Brasil ao longo do século XIX, é importante entender as concepções acerca dos processos museais e do conceito de pesquisa científica que estavam imbricados no próprio conceito de museu elaborado pela Coroa Portuguesa, e que de certa forma foi seguido na criação do Museu Nacional do Rio de Janeiro em 1818, que por sua vez delineou as características dos demais.

Uma importante obra sobre o tema foi escrita por João Brigola⁹ e analisa as características histórico-culturais da reformulação dos museus portugueses no final do século XVIII e início do século XIX, em especial do complexo cultural formado pelo Museu Real de História Natural e Jardim Botânico da Ajuda. Cabe lembrar aqui, que em 1818, Dom João cria no Brasil, exatamente as duas instituições: o então Museu Real e o Jardim Botânico do Rio de Janeiro.

Mas do que esta semelhança de iniciativa cultural acima citada é importante observar o significado político e econômico que tinham os museus na época e cuja lógica de dominação aparece intrínseca ao ideário de um Museu Real no Brasil. Sobre o Museu da Ajuda, Brigola comenta:

“A dimensão mais divulgada das actividades científicas e museológicas exercidas na Ajuda tem sido a das viagens de exploração *philosophica* aos territórios ultramarinos. Este programa implicou o compromisso entre poderes públicos e meio científico – à Coroa coube o financiamento e coordenação das expedições, ficando o seu apetrechamento técnico e a transmissão da cultura profissional a cargo do Museu.”¹⁰

O mesmo autor, referindo-se ainda ao Museu da Ajuda, questiona os limites da relação entre o Estado e a produção científica.

“Mas, na medida em que assim se subordinava o trabalho científico aos objetivos traçados pela Administração, sendo os naturalistas considerados meros agentes do Estado, importaria ajuizar se as prioridades de pesquisa terão sido definidas exclusivamente pelo critério do interesse público e dos deveres funcionais ou se foi possível no quotidiano do Real Museu de História Natural o exercício especializado de métodos e de conceitos em programas puramente científicos. Responder a esta questão significa saber se foi aqui cumprido o processo de apropriação do objeto de história natural (...) em produtos científicos através do trabalho de gabinete efectuado pelo naturalista no interior dos estabelecimentos museológicos.”¹¹

⁹ BRIGOLA, João Carlos Pires. **Colecções, Gabinetes e Museus em Portugal no Século XVIII**. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

¹⁰ BRIGOLA. Op. Cit. Pág. 232.

¹¹ BRIGOLA. Op.Cit. Pág. 232.

Tal modelo de análise pode ser utilizado para o caso brasileiro, uma vez que as instituições, mesmo guardando quase um século de distância, apresentavam sistemas semelhantes de relação Estado x produção científica.

Ainda no mesmo texto o autor mostra como se dava a interação entre produção científica e processos museológicos, modelo muito parecido com o que encontramos nos museus brasileiros selecionados por este projeto de pesquisa.

“A organização do campo do saber naturalista só seria plenamente assegurada pelas operações museológicas de estudo – com imprescindível divulgação de resultados junto da comunidade científica – conservação, e exibição cênica dos objectos.”¹²

Interpretação semelhante pode ser encontrada no texto de Elizabete Tamanini¹³, quando esta analisa os estudos de arqueologia brasileira entre o final do século XIX e início do século XX e se refere aos três museus em destaque neste projeto de pesquisa.

“Os museus foram as instituições pioneiras no processo de sistematização das ciências no país. (...) O Museu Nacional foi o primeiro órgão em nível nacional a encarregar-se, legalmente, da arqueologia no Brasil. (...) Karl Rath (1871) estudou os montes de conchas e o estudioso alemão Fritz Müller foi admitido no Museu Nacional como pesquisador de material natural e humano. (...) Todas estas atividades eram devedoras do caráter iluminista da corte real brasileira”¹⁴

Em seguida a autora cita Pedro Paulo Funari, sobre a tradição naturalista dos dois outros museus:

“Dando prosseguimento ‘à tradição naturalista, no final do século XIX e início deste século [século XX], dois museus foram responsáveis pelos avanços dos estudos arqueológicos no país, o atual Museu Paraense Emílio Goeldi e o Museu Paulista’.”¹⁵

Outro texto importante tem como autoras Márcia Kersten e Anamaria Bonin¹⁶ e aborda a questão das coleções etnográficas nos museus ocidentais, com relação aos seus processos de musealização (entendida de certa forma apenas como museografia) e pesquisa, destacando a ruptura entre antropólogos e museólogos, ocorrida na década de 1930. As autoras lembram que

¹² BRIGOLA. Op. Cit. Pág. 233.

¹³ TAMANINI, Elizabete. *O Museu, a Arqueologia e o Público: um olhar necessário*. In: FUNARI, Pedro Paulo Abreu (org). **Cultura Material e Arqueologia Histórica**. Campinas: UNICAMP, 1998.

¹⁴ TAMANINI. Op. Cit. Pág. 181.

¹⁵ TAMANINI. Op. Cit. Pág. 182.

¹⁶ KERSTEN, Márcia Scholz de Andrade e BONIN, Anamaria Aimoré. *Para pensar os museus, ou “Quem deve controlar a representação do significado dos outros?”*. In: MUSAS, **Revista Brasileira de Museus e Museologia**. Ano III, Nº 3. Rio de Janeiro: Iphan/Demu, 2007. Pág. 117 a 128.

“As funções de conservação e de pesquisa foram essencialmente desenvolvidas nos museus até o final do século XIX. Não há dúvida que a era dos museus condicionou a pesquisa e o desenvolvimento da etnologia aos imperativos museográficos. Subordinada à museografia, a pesquisa etnológica orientava-se para o estudo descritivo e comparativo da cultura material.”¹⁷

Já sobre o século XX, discutindo a questão dos avanços nas questões antropológicas com relação à interpretação do outro, as autoras observam que

“A partir de 1920 e 1930, a pesquisa antropológica deslocou-se dos museus para os recém-criados departamentos de antropologia social e/ou cultural, nas diversas universidades. A forte crítica à instituição e à sua tradicional forma de expor e interpretar o outro levou à ruptura dos antropólogos com os museólogos profissionais.”¹⁸

Em 1989 foi publicado pelo próprio Museu Paraense Emílio Goeldi uma coletânea de biografias¹⁹ sobre diversos pesquisadores, funcionários e diretores do museu. Em que pese a ausência de procedimentos metodológicos em sua elaboração (como por exemplo, a falta de citação das fontes consultadas), tal obra indica a existência de uma rede de relações entre os pesquisadores e diretores do museu com outros museus e pesquisadores tanto brasileiros quanto estrangeiros.

Dentre as principais fontes destacam-se ainda os periódicos dos três museus em questão. O Museu Nacional do Rio de Janeiro publicou anualmente, desde 1876, o periódico *Archivos do Museu Nacional*, no qual predominavam assuntos da fauna e flora brasileira, arqueologia e antropologia.

O Museu Paraense Emílio Goeldi publicou entre 1894 e 1903 o *Boletim do Museu Paraense de História Natural e Ethnographia*, com tiragem irregular e a partir de 1904 o periódico passou a se chamar *Boletim do Museu Goeldi de História Natural e Etnografia*, nome usado até 1912 quando foi novamente alterado para *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, nome que mantém até hoje. Voltado para o estudo da fauna, flora, arqueologia e etnologia amazônica, destacou-se pelas pesquisas de naturalistas estrangeiros, muitos dos quais em alguns momentos estiveram intimamente ligados à história da pesquisa científica no próprio museu.

¹⁷ KERSTEN. Op. Cit. Pág. 119 e 120

¹⁸ Op. Cit. Pág. 121

¹⁹ CUNHA, Osvaldo Rodrigues. **Talento e Atitude: Estudos Biográficos do Museu Emílio Goeldi**, Vol. I. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1889.

O Museu Paulista publicou desde 1895, ano da criação oficial do museu, a *Revista do Museu Paulista*, cujo nome foi alterado para *Anais do Museu Paulista* em 1922. Diferente dos outros dois periódicos acima citados, os estudos publicados priorizam as questões da cultura material em detrimento dos estudos da fauna e flora. No entanto, é significativo o número dos estudos de mineralogia que são apresentados.

Observa-se, portanto, a existência de uma diversidade de fontes (primárias e secundárias) sobre um tema ainda pouco explorado.

Referências Bibliográficas

BRIGOLA, João Carlos Pires. **Colecções, Gabinetes e Museus em Portugal no Século XVIII**. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

CHAGAS, Mário de Souza. **A imaginação Museal: Museu, memória e poder em Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro**. Rio de Janeiro: MinC/Ibram, 2009.

CUNHA, Osvaldo Rodrigues. **Talento e Atitude: Estudos Biográficos do Museu Emílio Goeldi**, Vol. I. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1889.

DARNTON, Robert. **O Grande Massacre de Gatos e outros episódios da história cultural francesa**. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

ELIAS, Maria José. **Museu Paulista: memória e história**. Tese de Doutorado. São Paulo: USP/FFLCH, 1996.

FALCON, Francisco. **História Cultural. Uma nova visão sobre a sociedade e a cultura**. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu (org). **Cultura Material e Arqueologia Histórica**. Campinas: UNICAMP, 1998.

HOOPER-GREENHILL, Eilean. **Museums and the Shaping of Knowledge: the heritage care preservation management**. London and New York: Routledge, 2003.

HUNT, Lynn. **A Nova História Cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

KUYUMJIAN, Marcia de Melo Martins & MELO, Maria Thereza Negrão de (org.). **Os Espaços da História Cultural**. Brasília: Paralelo 15, 2008.

LOPES, Maria Margareth. *A Formação de museus nacionais na América Latina Independente*. In: **Anais do Museu Histórico Nacional**, Vol. 30. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 1998. Pág. 121 a 133.

MUSAS, **Revista Brasileira de Museus e Museologia**. Ano III, Nº 3. Rio de Janeiro: Iphan/Demu, 2007

POULOT, Dominique. **Musée et Muséologie**. Paris: Éditions La Découverte, 2005.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. **A escrita do passado em museus históricos**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

SCHUBERT, Karsten. **Museo. Storia di Un’Idea. Dalla Rivoluzione francese a oggi**. Milano: Saggiatore, 2004.

YASSUDA, Sílvia Nathaly. **Documentação museológica: uma reflexão sobre o tratamento descritivo do objeto no Museu Paulista**. 2009. 123 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2009.